



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos “outros”. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja “a economia” ou que caracterize algo – prática, teoria – como “econômico”. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dádiva, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Construindo o mercado: A agricultura familiar e as tensões de mercantilização do rural no Caparaó cafeeiro/MG

Autoria: Paulo Augusto Franco de Alcântara (USP - Universidade de São Paulo)

Nas duas últimas décadas, a expressão “agricultura familiar” foi intensamente disseminada em países ocidentais, em especial, nas chamadas economias emergentes. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/UN), a “agricultura familiar” instrui tanto a identidade grupo socioeconômico específico, quanto um modelo de produção baseado nos conceitos de “segurança” e de “soberania alimentar” em meio a um mercado globalizado de preços. No Brasil, a expressão assume perspectiva concreta, especialmente, por meio da criação, em 1995, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, desde 2003, entre outras políticas, promove acesso a crédito subsidiado para pequenos agricultores, visando a geração de renda e a inclusão no mercado (capitalista). Entre 2015 e 2018, conduzi pesquisa de campo entre pequenos cafeicultores habitantes da região montanhosa do Caparaó mineiro. Abordei, etnograficamente, as mudanças sociais vivenciadas a partir dos contatos com o Pronaf, nos âmbitos da reprodução, do consumo, da habitação e do work familiar. Neste artigo, descrevo e analiso como a chegada e expansão do crédito subsidiado oferecido pelo Estado influenciou nos modos pelos quais os agricultores vivem o mercado, tanto no sentido abstrato, quanto em consistência com os modelos locais. Num primeiro momento, abordo as maneiras de se decodificar e definir o mercado enquanto um jogo do qual os agricultores passam a ter contato direto pela primeira vez. Em seguida, apresento as iniciativas locais de construção de um mercado em busca de maior autonomia na definição de preços. Argumento que esse mercado do café vem sendo vivido no local, além de novidade,



como um processo dinâmico, entre tensões diante de uma crescente mercantilização das práticas e das relações sociais.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: